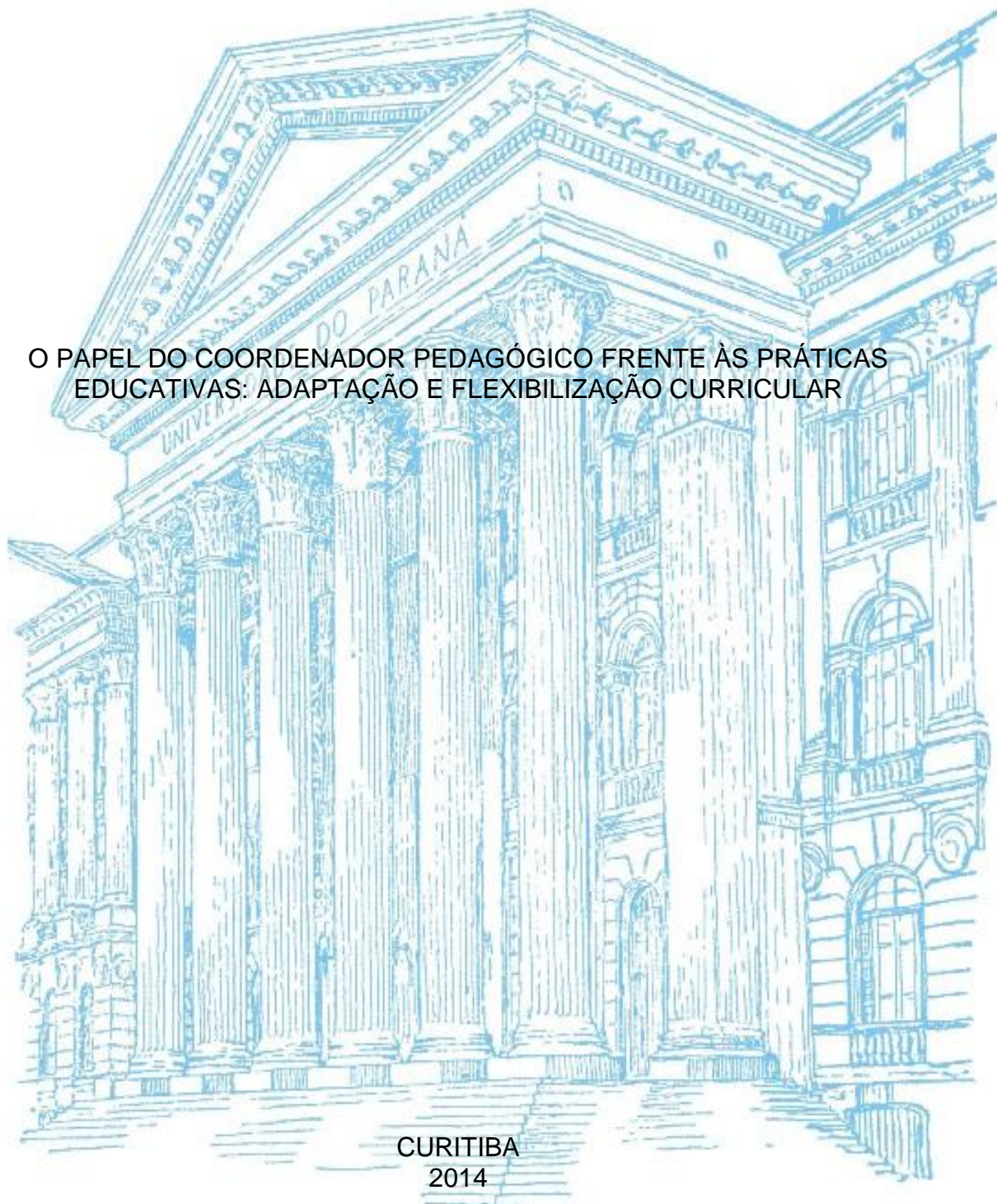


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

FRANCIELI DO CARMO FAÉ

O PAPEL DO COORDENADOR PEDAGÓGICO FRENTE ÀS PRÁTICAS
EDUCATIVAS: ADAPTAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR



CURITIBA
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

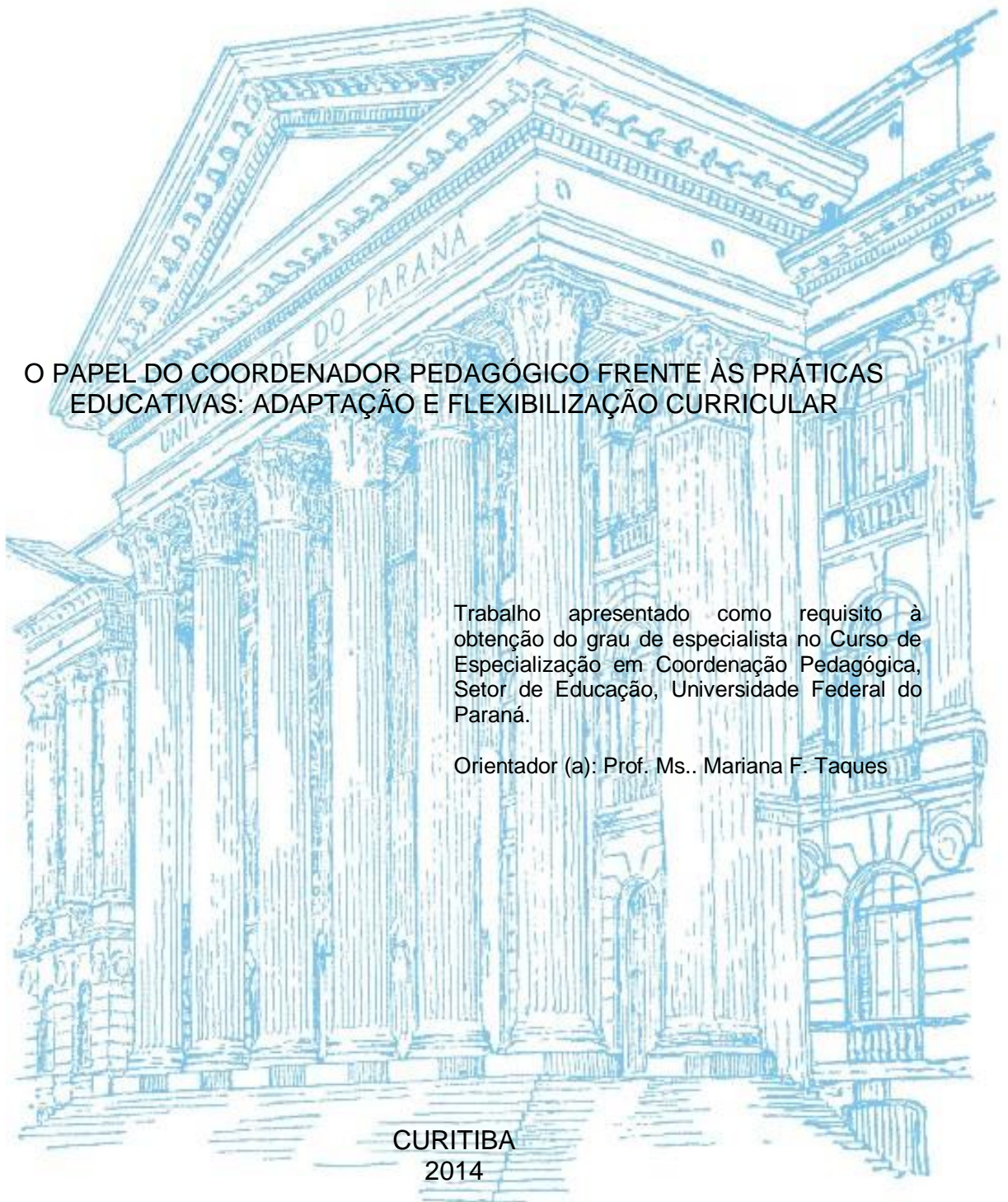
FRANCIELI DO CARMO FAÉ

O PAPEL DO COORDENADOR PEDAGÓGICO FRENTE ÀS PRÁTICAS
EDUCATIVAS: ADAPTAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR

Trabalho apresentado como requisito à
obtenção do grau de especialista no Curso de
Especialização em Coordenação Pedagógica,
Setor de Educação, Universidade Federal do
Paraná.

Orientador (a): Prof. Ms.. Mariana F. Taques

CURITIBA
2014



PRÁTICAS EDUCATIVAS: ADAPTAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR

FRANCIELI DO CARMO FAÉ*

RESUMO

Este artigo tem como principal objetivo, relatar qual é o papel do coordenador pedagógico diante das necessidades diárias dos professores frente às adaptações curriculares necessárias ao bom desempenho dos educandos com dificuldades na aprendizagem. Sendo assim, o mesmo busca vir a auxiliar os educadores e demais profissionais da educação a atender de maneira correta os alunos com dificuldades na aprendizagem, utilizando-se assim das práticas educativas essenciais e necessárias na flexibilização ou adaptação curricular, facilitando seu convívio com os demais colegas e fazendo com que os mesmos queiram cada vez mais aprender, não deixando que suas dificuldades sejam motivos de desinteresse. Esta pesquisa caracteriza-se como pesquisa bibliográfica na qual foram estudados vários livros, dissertações e periódicos que abordavam o papel do coordenador pedagógico e as adaptações curriculares realizadas com os alunos portadores de necessidades educacionais especiais. Fazer um encaminhamento metodológico eficaz, auxilia os próprios professores a incluir estas crianças, fazendo assim com que os mesmos sintam-se incluídos e mais motivados a continuar frequentando a escola, sem contar que os próprios professores, após ter claro o que são adaptações curriculares, trabalharam com estas crianças sentindo-se mais úteis dedicando-se mais a procurar maneiras diferenciadas para ensinar, observando suas próprias conquistas ao longo do tempo.

Palavras-chave: praticas educativas, superação, adaptação, inclusão, flexibilização

1. INTRODUÇÃO

Atualmente o que mais se ouve nas escolas é sobre a chamada inclusão, se estamos ou não preparados para enfrentar este processo não importa, o que importa é que ela é lei e está aí, batendo em nossa porta e temos que lidar com ela. Diante da Inclusão, nos deparamos com mais um problema que muitas vezes acaba assombrando os professores, as adaptações curriculares.

*Artigo produzido pela aluna Francieli do Carmo Faé do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na modalidade EaD, pela Universidade Federal do Paraná, sob orientação da professora Mariana Taques. E-mail: francyfae@hotmail.com

Em relação ao desafio da inclusão, o que os coordenadores pedagógicos podem fazer para auxiliar os professores no que diz respeito às adaptações curriculares? Esta é a questão que busca investigar também, qual é a percepção dos professores em relação ao que o coordenador pedagógico deve fazer diante das dificuldades que os mesmos vêm enfrentando diariamente em sala de aula.

Em muitas escolas brasileiras, as práticas educativas não são realizadas de maneira correta, as adaptações curriculares não são cumpridas e o coordenador pedagógico tem que ser o elo de ligação entre os professores e as adaptações, procurando auxiliá-los fazendo com que se cumpra a lei, buscando incluir não só os alunos portadores de necessidades especiais, mas também todos àqueles que tem alguma dificuldade na aprendizagem, esta pesquisa tem o intuito de verificar entre se os professores sabem qual é o papel do coordenador pedagógico diante das práticas educativas: adaptação e flexibilização curricular.

Esta pesquisa tem caráter bibliográfico onde inicialmente pesquisou-se os conceitos de inclusão, adaptação e flexibilização curricular e currículo, em seguida destaca-se a importância do papel do coordenador pedagógico na mediação do currículo perante a visão dos professores. Tudo isso está baseado em uma pesquisa bibliográfica realizada através de leitura de vários autores no qual pode-se destacar alguns como: Valle e Maia (2010), Aranha (2003), Mantoan (2001), Freitas (2006), Perrenoud (2001), Mendes (2006), entre outros.

Buscando evidenciar qual a compreensão dos professores sobre adaptação curricular e o papel do coordenador pedagógico diante destas práticas educativas, organizou-se uma entrevista semiestruturada com 4 (quatro) professores, ambos de disciplinas distintas. Através de um questionário no qual discorreram sobre o significado, segundo cada um, de adaptações curriculares; quando acham necessário realizar determinadas adaptações curriculares; como, ambos realizam as adaptações em suas disciplinas, e, por fim, qual é o papel do coordenador pedagógico de acordo com a percepção de cada um.

2. REVISÃO LITERÁRIA

2.1 Inclusão Escolar: Adaptação e Flexibilização Curricular

Quando se fala em inclusão escolar pode-se dizer que consiste em um processo de adequação da sociedade às necessidades de seus participantes, uma vez incluídos, eles podem desenvolver-se e exercer plenamente sua cidadania.

Segundo Valle e Maia (2010, p. 18), “por muito tempo o conceito de inclusão foi entendido erroneamente, com a ideia de incluir apenas as pessoas com deficiência em um determinado grupo social e/ou educacional.” O que acabou tornando-se um grande problema a ser enfrentado pelos muitos professores despreparados, que passariam a ter de trabalhar com esses educandos em suas salas de aula.

Tal equívoco, acabou salientando a necessidade e a urgência de um retorno aos fundamentos conceituais do processo de inclusão, para tanto, buscou-se um novo posicionamento chegando a conclusão de que é a inclusão de todos os grupos sociais, independentemente de sua condição física, intelectual, sensorial, cultural, social ou econômica.

Mas, para que isso ocorra, tal movimento necessita da construção de uma sociedade democrática, na qual todos possam exercer a sua cidadania e na qual exista respeito à diversidade. Incluir alguém em um determinado ambiente, é fazer com que o mesmo sinta-se parte deste ambiente, deixando-o a vontade, fazendo com que queira permanecer ali, incluir uma criança na escola, é aceitar a mesma com todas as suas qualidades e defeitos, não fazendo disso um empecilho.

Segundo Aranha (2003, citado por PIETRO, *et al.*, 2003) ao discorrer sobre inclusão escolar, relata que para que esta ocorrer é necessário uma reorganização no sistema educacional, pois “prevê intervenções decisivas e incisivas, em ambos os lados da equação: no processo de desenvolvimento do sujeito e no processo de reajuste da realidade social [...]”. Assim

Além de se investir no processo de desenvolvimento do indivíduo, busca-se a criação imediata de condições que garantam o acesso e a participação da pessoa na vida comunitária, através da provisão de suportes físicos, psicológicos, sociais e instrumentais. (ARANHA, 2003)

Pode-se dizer então, que a noção de escola deve ser de um espaço educativo aberto, diversificado e individualizado, em que todos possam encontrar respostas às suas individualidades e diferenças.

Para complementar a esse posicionamento, Mantoan (2001), coloca que a educação inclusiva não se refere apenas à inserção do aluno com deficiência no ensino comum. É um conceito amplo que inclui o respeito às diferenças: individuais, culturais, sociais, raciais, religiosas, políticas e que entende o indivíduo como ser pleno e com talentos a serem desenvolvidos que compete à escola comum.

Em determinados momentos, segundo Valle e Maia (2010, p.19)

[...] existiu a aceitação camuflada, por meio da qual a escola matriculava o aluno com deficiência, mas se isentava do ensino desse aluno, assumindo uma postura apenas de socialização, contrariando os objetivos reais da escolarização, a saber, o de ensinar os alunos no aspecto acadêmico, caracterizando assim o modelo de integração e não o de inclusão.

Assim, para que o sistema educacional atue de modo a promover os ajustes necessários para atender a todo e qualquer aluno é lento e custoso, uma vez que é importante o envolvimento de toda a comunidade escolar e o entendimento sobre os pressupostos teóricos que norteiam a Educação Inclusiva.

Para que realmente haja uma educação inclusiva com estes alunos portadores de necessidades educacionais especiais e também os demais, seja o negro, o branco, o com dificuldade de aprendizagem em sala de aula comum do ensino regular, enfim, sabe-se que a prática pedagógica tradicional, é ineficaz, Valle e Maia (2010, p. 20) destacam que:

O professor deve desenvolver a prática da reflexão (ação/reflexão/ação), repensar as prática e utilizar novas estratégias que oportunizem o aprendizado de todos os alunos, respeitando assim o estilo de aprendizagem de cada aluno, não gerando atitudes preconceituosas e não rotulando seus alunos com dificuldade de aprendizagem como “diferentes” ou especiais, pois a inclusão não prescreve apenas atendimentos individualizados para os alunos com deficiência, mas a eliminação dos obstáculos, para que todos aprendam e assim tenham acesso ao currículo comum.

Entretanto, a inclusão ainda não é bem vista por muitos educadores, devido até mesmo ao despreparo que ainda se encontram, e isso acaba acarretando alguns problemas e o que era para se tornar uma solução, tornando-se obstáculos maiores ainda, ou seja, os alunos com necessidades educacionais especiais que vem sendo inclusos nas escolas comuns, em vários casos, acabam sendo esquecidos por alguns educadores, não por descaso dos mesmos, mas sim por falta de preparo ou capacitação para estar trabalhando com estes educandos. Os professores se veem em tamanhas dificuldades, que tem de correr atrás do tempo perdido, procurando assim, cursos de capacitação para que possam então estar oferecendo uma educação de maior qualidade aos seus novos egressos, não podem mais estar voltados apenas aos métodos tradicionais de ensino, pois assim estariam excluindo ao invés de incluir seus alunos.

O movimento de inclusão escolar revelou que a educação, com seus métodos tradicionais, exclui cada vez mais alunos, ao invés de incluí-los (FREITAS, 2006). Dessa forma, foi evidenciado que considerar as especificidades de cada aluno é fundamental para garantir a qualidade de ensino para todos os alunos, e não apenas para aqueles que apresentam dificuldades mais evidentes.

Sabe-se que todos os alunos apresentam características físicas, comportamentais e emocionais próprias, sendo que devido à existência de tais características, uma prática de ensino voltada para um conjunto homogêneo de alunos não alcança êxito.

Segundo Perrenoud (2001), grande parte das estratégias de ensino utilizadas pelo professor deve ser adaptada às características dos alunos, à composição da classe e a história das relações entre os educandos e entre eles e o professor.

Em vista disso, fica clara a importância da realização de adaptações curriculares para a inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais, sejam qual forem suas necessidades, mas fica bem claro também, que os professores devem estar engajados e preparados para tamanha tarefa, e realizar planejamentos e planos de aulas voltados a cada especificidade de seus educandos, buscando sempre viabilizar a aprendizagem de cada um. Assim, segundo Valle e Maia (2010, p. 21), “as experiências e os desafios enfrentados na sala de aula impõem ao professor a necessidade e a oportunidade de construir um repertório cada vez maior de estratégias e de ajustes para potencializar a aprendizagem”.

Criar atividades que abranjam as diferentes capacidades dos alunos e que, ao mesmo tempo, mantenham um contexto de grupo com os membros da turma lidando com objetivos diferentes em momentos diferentes, pode ajudar a superar esse problema potencial. (Stainback, 1999, *apud* Valle e Maia, *et al.*, 2010)

Para que essa evolução acadêmica, ou seja, evolução na aprendizagem ocorra, torna-se necessário que seja feito algum tipo de mudança na rotina da qual todos os alunos participam, e isso não basta apenas o professor de sala de aula estar engajado a fazer.

No nosso país a necessidade de desenvolver um currículo que garanta não apenas o acesso, mas também a permanência na escola regular e o sucesso do aluno com deficiência ou com alguma dificuldade de aprendizagem, estão expressos no documento denominado Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN Adaptações Curriculares em ação, elaborado pela Secretaria de Educação Especial, do Ministério da Educação, publicado originalmente em 1998 e reeditado em 2002. Este documento define adaptação curricular como

Possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Pressupõem que se realize a adaptação do currículo regular, quando necessário, para torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos com necessidades especiais. Não um novo currículo, mas um currículo dinâmico, alterável, passível de ampliação, para que atenda realmente a todos os educandos. Nessa circunstâncias, as adaptações curriculares implicam a planificação pedagógica e ações docentes fundamentadas em critérios que definem o que o aluno deve aprender; como e quando aprender; que formas de organização do ensino são mais eficientes para o processo de aprendizagem; como e quando avaliar o aluno. (BRASIL, 1998, p.33)

Segundo este documento, as adaptações curriculares devem ser entendidas como um processo a ser realizado em três níveis:

- no projeto político pedagógico da escola, por meio do qual é possível identificar e analisar as dificuldades enfrentadas pela escola assim como estabelecer objetivos e metas comuns aos gestores, professores, funcionários da escola, familiares e alunos;

- no currículo desenvolvido em sala de aula;

- no nível individual, por meio da elaboração e implementação do Programa Educacional Individualizado (PEI), que nada mais é do que um estudo de caso, onde o professor irá investigar as competências e as habilidades de seus alunos, podendo assim saber como poderá vir a trabalhar com o mesmo.

É muito importante destacar aqui que não é o aluno que se ajusta ou se adapta as condições de ensino, é a equipe escolar que tem que promover as mudanças necessárias para que o aluno consiga acessar o currículo (Aranha, 2003).

Por questões de adequação às nomenclaturas, surge então o conceito de flexibilização curricular, que se vincula ao conceito de maleabilidade, do que se pode modificar, flexionar-se, destituindo a tradicional ideia de rigidez. Desta forma considera-se que

O desafio é construir e pôr em prática no ambiente escolar uma pedagogia que consiga ser comum e válida para todos os alunos da classe escolar, porém capaz de atender os alunos cujas situações pessoais e características de aprendizagem requeiram uma pedagogia diferenciada. Tudo isso sem demarcações, preconceitos ou atitudes nutridoras dos indesejados estigmas. (BEYER, 2006, *apud* Valle e Maia *et al.*, 2010)

Sendo assim, um dos papéis fundamentais da equipe pedagógica é a mediação do currículo junto aos professores, inclusive no que diz respeito à flexibilização curricular, visando sempre, primeiramente e primordialmente o sucesso do educando, incluindo-o no contexto escolar, criando um ambiente acolhedor fazendo com que o educando sinta-se a vontade e queira aprender cada vez mais.

A ideia é pelo menos tornar efetivas as políticas existentes, para que os “mecanismos legais possam concretizar o direito de todas as crianças conviverem e aprenderem juntas em espaços regulares de ensino” (Garcia, 2007).

Sendo assim, destacam Valle e Maia (2010, p. 26)

O currículo viabiliza sua operacionalização orientando propostas de atividades educativas e as maneiras de sua execução, definindo os fins para a especificidade de cada aluno, inclusive dando subsídios para a identificação e avaliação das necessidades educacionais dos alunos, podendo contribuir com a determinação do apoio necessário ao aluno em momentos (ciclos, fases, séries) específicos da escolarização deste. Deve ser apresentado de forma organizada, objetivando caminhos a serem seguidos e orientando as ações docentes nos diferentes níveis de ensino, o que favorece a aprendizagem de todos os alunos.

Precisamos deixar claro aqui que a flexibilização não deve ser entendida apenas como um mero acréscimo e nem um esvaziamento curricular de atividades complementares. Ela deve estar em consonância com os princípios e as diretrizes do Projeto Político Pedagógico da escola, visando sempre um ensino de qualidade para todos os educandos.

Para tanto Leite (2003, citado por VALLE e MAIA *et al.*, 2010) nos acrescenta que

[...] a “gestão flexível do currículo” tem subjacente o princípio da importância da escola e dos professores na configuração curricular, não implicando, portanto, uma estrutura organizacional única e pressupondo, sim, uma adequação do trabalho à diversidade dos contextos e, simultaneamente, a promoção de um ensino de melhor qualidade para todos.

Sendo assim, as mudanças ocorrem na forma de priorização de objetivos, de conteúdos e de modalidades de avaliação, de apresentação das atividades, na visualização dos conceitos a serem ensinados dentro de uma proposta de educar na diversidade, na mudança na temporalidade dos objetivos, nos conteúdos e dos critérios de avaliação, complementa Valle e Maia (2010, p. 27).

2.1.1 O Papel do Coordenador Pedagógico na mediação do Currículo

Quando falamos de Currículo, temos que lembrar que o mesmo é construído na prática diária dos professores e, portanto, nem sempre reflete exatamente o que os documentos oficiais orientam, mas também não pode ser entendido como decisão de cada um. Precisam ser fruto de uma construção coletiva que tenha como norte princípios compartilhados. O espaço de atuação dos coordenadores pedagógicos é fundamental, pois procura mostrar aos professores os compromissos que eles tem em garantir os direitos de aprendizagem de cada estudante, principalmente daqueles que necessitam de ajuda para entender os conteúdos de formas variadas, ou seja, aqueles educandos que são portadores de necessidades educacionais especiais.

Segundo Garcia (2007, citado por VIOTO *et al.*, 2012), o fundamental a ser feito é “tornar efetiva as políticas existentes, para que mecanismos legais possam concretizar o direito de todas as crianças conviverem e aprenderem juntas em espaços regulares de ensino”.

Sendo assim, pode-se dizer que estes tem o direito de aprender tudo aquilo que seus demais colegas estão aprendendo, mas para que isso ocorra, o professor deverá adaptar, ou melhor, flexibilizar seus conteúdos, buscando formas e maneiras diferenciadas para transmitir ao educando o conteúdo a ser aprendido, facilitando assim seu entendimento.

A figura do professor em uma escola inclusiva é de essencial relevância, mas também não podemos deixar de lado o papel do coordenador pedagógico frente a todo este processo.

Ao caracterizar a função do coordenador pedagógico dentro do contexto escolar, Luck (2009, citado por VIOTO *et al.*, 2012) analisa que:

A gestão pedagógica é, de todas as dimensões da gestão escolar, a mais importante, pois está mais diretamente envolvida com o foco da escola que é o de promover aprendizagem e formação dos alunos, conforme apontado anteriormente. Constitui-se como a dimensão para qual todas as demais convergem, uma vez que esta se refere ao foco principal do ensino que é a atuação sistemática e intencional de promover a formação e a aprendizagem dos alunos, como condição para que desenvolvam as competências sociais e pessoais necessárias para sua inserção proveitosa na sociedade e no mundo do trabalho, numa relação de benefício recíproco. Também para que se realizem como seres humanos e tenham qualidade de vida.

Sendo assim, pode-se dizer que o coordenador pedagógico, juntamente com toda a equipe pedagógica da escola, procure sempre promover uma transformação nas formas organizacionais da escola, eliminando as barreiras que possam impedir o processo de escolarização dos alunos, tonando assim a escola cada vez mais inclusiva.

Sousa (2007, p. 51), comenta ainda que o coordenador pedagógico

[...] ao estabelecer uma demanda de trabalho centrada nas ideias de uma Educação Inclusiva colabora com a vivência da diversidade priorizando as singularidades das pessoas e as aprendizagens ocasionadas dos encontros com a multiplicidade. Portanto, ao acreditar no compromisso do gestor com a dimensão da atividade pedagógica de sua função, contemplo a oportunidade de um espaço de reflexão acerca de um processo decisório participativo, fundamentado no conhecimento de seu público diferenciado e priorizando uma ação planejada eficaz ao processo de Educação Inclusiva.

O coordenador pedagógico deve se conscientizar de seu papel na organização de uma escola inclusiva. Claro que não é nada fácil assumir tal compromisso, pois esta atitude muitas vezes vai se chocar a antigos valores já estabelecidos, isso irá requerer que haja um trabalho de conscientização de todos os profissionais envolvidos, todos deverão estar trabalhando em busca de um mesmo objetivo, ou seja, incluir todos os educandos com dificuldades de aprendizagem, não somente os portadores de necessidades educacionais especiais, afinal, todos tem direito a uma educação de qualidade e que seja igualitária, sem distinção de nada.

Algo muito importante em relação a inclusão que diz respeito ao gestor pedagógico, Azevedo e Cunha (2008, citado por VIOTO *et al.*, 2012) destacam que

Os gestores, muitas vezes, precisam “ir a campo” pesquisar o cotidiano do aluno, conhecer sua história de vida, a fim de buscar respostas que reflitam diretamente os seus desempenhos, “desocultando o oculto”, pois só assim serão capazes de compreender a realidade do aluno. A gestão terá uma participação significativa, estimulará a discussão contínua da prática pedagógica, clarificará a realidade, trará à tona o processo de construção da própria escola, procurando contribuir, por meio da criatividade, com as formas mais abrangentes, mais específicas de que a escola necessita.

Tomando estas atitudes, ficará muito mais fácil de integrar a criança com os demais colegas de classe, pois sabendo um pouco mais do cotidiano da mesma, o coordenador pedagógico poderá passar informações riquíssimas aos professores, que por sua vez poderá entender um pouco a vida de seu aluno, buscando assim compreender o porquê de tanta dificuldade na aprendizagem, tendo isto em mãos, o professor poderá então buscar meios diferenciados de estar passando os conteúdos necessários ao educando, além é claro, de fazer com que o mesmo sinta-se parte da classe, não ficando mais de lado.

O coordenador pedagógico tem papel fundamental em desenvolver estratégias que favoreçam o processo educacional inclusivo.

Para Penaforte (2009, citado por VIOTO *et al.*, 2012), “o desafio do coordenador pedagógico é de desenvolver estratégias instrucionais que possibilitem respostas às variadas necessidades e situações de aprendizagem”.

Sendo assim, cabe ao coordenador pedagógico, diagnosticar as possíveis dificuldades dos professores em relação às práticas educativas que necessitam ser trabalhadas com seus educando, podendo assim ajudá-los, tornando seu trabalho mais fácil e rentável, obtendo resultados favoráveis e positivos.

Da mesma forma Gil (2005, p. 5) destaca que o gestor pedagógico pode contribuir com a prática dos professores, ajudando-os a desenvolver “habilidades e estratégias educativas adequadas às necessidades de cada aluno respeitando a potencialidade e dando respostas adequadas aos desafios apresentados pelos alunos, a partir de análises reflexivas”.

A busca constante para auxiliar os professores com o currículo a ser trabalhado, faz com que a escola torne-se mais rapidamente inclusiva, este é papel fundamental do gestor pedagógico e de toda a equipe pedagógica, proporcionando a troca de ideias, de experiências e de conhecimentos em relação ao processo de ensino/aprendizagem, além do mais, se todos trabalharem de forma conjunta, facilitará o resultado tão esperado.

Para Luck (2009, citado por VIOTO *et al.*, 2012), é a coordenação pedagógica que tem como princípio básico uma gestão escolar participativa que consegue desenvolver no contexto escolar mudanças significativas “que

possibilite aos alunos com necessidades educacionais especiais, uma educação igualitária, priorizando a efetivação da educação inclusiva”. Cabe lembrar que esta ação participativa nos contextos educacionais:

[...] é orientada pela promoção solidária da participação por todos da comunidade escolar, na construção da escola como organização dinâmica e competente, tomando decisões em conjunto, orientadas pelo compromisso com valores, princípios e objetivos educacionais elevados, respeitando os demais participantes e aceitando a diversidade de posicionamentos (LUCK, 2009, p. 5).

Podemos destacar assim, que a gestão participativa fará enorme diferença dentro da escola inclusiva, pois todos trabalhando em busca de um único objetivo, fará com que obtenhamos melhores resultados até mesmo na aprendizagem dos educandos com necessidades educacionais especiais.

Algo muito importante que não podemos deixar de destacar é que a avaliação também deverá ser adaptada. O coordenador pedagógico deverá tomar cuidado nesta questão, verificando se a adaptação está ou não sendo realizada pelo professor, pois uma avaliação sem adaptação realizada aos alunos com necessidades educacionais especiais, estará excluindo-os e não incluindo os mesmos e isso não pode acontecer.

Em relação a isso, Beyer (2006, citado por VIOTO *et al.*, 2012) destaca que:

O desafio é construir e por em prática no ambiente escolar uma pedagogia que consiga ser comum ou válida para todos os alunos da classe escolar, porém capaz de atender os alunos cujas situações pessoais e características de aprendizagem requeiram uma pedagogia diferenciada. Tudo isto sem demarcações, preconceitos ou atitudes nutridoras dos indesejados estigmas. Ao contrário pondo em andamento na comunidade escolar, uma conscientização crescente dos direitos de cada um.

Para que isso ocorra, o coordenador pedagógico deve estar atento a tudo o que vem sendo realizado na escola, como os professores vem trabalhando com seus educandos, se as adaptações curriculares estão sendo realizadas, enfim, se os alunos com necessidades educacionais especiais não estão sendo esquecidos ou deixados de lado. A equipe pedagógica em geral deve estar trabalhando sempre junto em busca da melhoria, de uma educação

de qualidade, sendo assim, os resultados esperados surtirão efeito positivo e todos sairão ganhando.

3. ADAPTAÇÕES CURRICULARES E O COORDENADOR PEDAGÓGICO SEGUNDO A COMPREENSÃO DOS PROFESSORES

Esta pesquisa tem como principal objetivo, destacar a importância do coordenador pedagógico frente às adaptações curriculares na visão dos professores.

Este estudo caracteriza-se como sendo uma pesquisa bibliográfica seguida de uma entrevista realizada com 4 (quatro) professores, sendo ambos de disciplinas distintas.

Para análise da entrevista, nomeia-se aqui os entrevistados com números sendo: professor 1(um) formado em Matemática, professor 2 (dois) formado em Pedagogia e Educação Especial, professor 3 (três) Formado em Pedagogia e Libras e professor 4 (quatro) formado em Pedagogia e atua com a disciplina de Artes.

3.1 Análise dos dados coletados

Os dados coletados foram organizados por categorias, primeiramente destaca-se o significado de adaptação curricular e quando é necessária; após fala-se sobre qual disciplina o professor entrevistado atua e se a adaptação curricular é necessária na mesma; por fim, segundo a percepção de cada professor, qual é o papel do coordenador pedagógico diante das adaptações curriculares.

Apresenta-se a seguir a análise dos dados coletados que compõem as categorias, analisadas à luz das teorias apresentadas pelos autores que embasam esta pesquisa.

3.1.1 O significado de Adaptação Curricular e quando realizá-la

Como já havia sido comentado no início desta pesquisa, a adaptação curricular serve como possibilidade educacional frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos, seria assim, um auxílio que o professor teria para estar trabalhando diferentemente o mesmo conteúdo com os alunos que teriam tais dificuldades.

Para o professor 2, adaptação curricular nada mais é que “adequar, ajustar o conteúdo pedagógico à diferentes formas de aprendizagem”.

Segundo o que o professor 3 relata acerca disso, pode-se dizer que:

[...] significa repassar os conteúdos do currículo escolar de maneira que o aluno consiga aprender. Exemplificando: se meu aluno não consegue inteirar-se do que lhe é ensinado da mesma forma que os outros, devo procurar fazer com que ele entenda utilizando-se de outros meios, diminuindo o grau de dificuldade dos conteúdos sem deixar de trabalhá-los e jamais deixando que o aluno fique sem participar das atividades.

Segundo Valle e Maia (2010, p. 27), “uma adaptação de acesso ao currículo deve ser flexível, priorizando as especificidades da diversidade, bem como o entendimento do processo de aprendizagem das crianças”.

Isso deixa claro que os professores, apesar de ainda terem dificuldades em adaptar alguns conteúdos, já sabem que é de extrema importância realizar o mesmo, pois assim estarão conseguindo fazer com que seus alunos, além de serem incluídos no contexto escolar, estejam aprendendo os conteúdos que fazem parte do currículo, o que é de seu direito.

Em relação a quando é necessária realizar a adaptação curricular, o professor 1 destaca que

Deve-se adaptar o currículo toda vez que o aluno apresentar dificuldades de aprendizagem ou necessidades educacionais especiais. Não um novo currículo, mas um currículo dinâmico, alterável, possível de ampliação, para atender realmente todos os alunos promovendo uma aprendizagem significativa.

Segundo o professor 4, é necessária a realização da adaptação curricular para

Desenvolver a aprendizagem dos alunos quando apresentam alguma dificuldade relacionada ao conteúdo apresentado em sala de aula. Para flexibilizar o processo de ensino aprendizagem de modo a atender as diferenças individuais.

Como destacado anteriormente nesta pesquisa, os conteúdos devem ser adaptados sempre que necessário, principalmente quando o professor percebe que o aluno está tendo dificuldades com determinados conteúdos, lembrando que, não deve-se mudar o conteúdo em si, e sim, adapta-lo de forma diferente na qual possa facilitar o entendimento do educando.

O importante, na democratização de ensino. Não é “fazer como se” cada um houvesse aprendido, mas permitir a cada um aprender. Quando não se consegue isso, a solução não é esconder a cabeça na areia, mas reconhecer um fracasso, que é, primeiramente, o da escola, para melhor “retomar o trabalho”. Aí está a verdadeira clivagem: frente a desigualdade de aquisições e de níveis escolares devidamente constatados, uns baixam os braços e invocam a fatalidade e os limites da natureza humana, outros buscam novas estratégias. (PERRENOUD, 2001)

Realmente o que se deveria fazer, é buscar novas estratégias, pesquisar métodos variados para trabalhar com estas crianças. Este trabalho deve ser realizado não apenas pelos professores que estão em sala de aula, mas sim por toda a equipe pedagógica, despertando assim nestes educandos o gosto pela aprendizagem.

Anualmente, através da Secretaria Municipal de Educação, estão sendo ofertados cursos de capacitação para todos os professores da rede de ensino, e na maioria das vezes sempre é incluso uma palestra sobre as adaptações curriculares, onde pode-se tirar várias dúvidas a respeito do assunto, fazendo valer todos os direitos destes alunos.

3.1.1 Como é realizada a adaptação curricular em determinadas disciplinas

Como é de direito de todas as crianças com necessidades educacionais especiais em ter seus conteúdos adaptados, em todas as disciplinas isso deve ocorrer.

Todas as professoras entrevistadas trabalham com disciplinas distintas, sendo assim, cada uma delas tem que adaptar os conteúdos para o que irão trabalhar facilitando a aprendizagem e o entendimento de cada educando.

A professora 1, formada em Matemática, destaca que realiza a adaptação curricular em sua disciplina

“fazendo uso de estratégias metodológicas diversificadas que permitam o ajuste da maneira de como cada conteúdo será transmitido aos diferentes estilos de aprendizagem apresentados pelos alunos, já que cada aluno aprende de modo particular e com um ritmo próprio”.

Nunca devemos esquecer que temos sempre que levar em conta as necessidades específicas de cada aluno. Segundo Onrubia (1996, citado por VIOTO *et al.*, 2012), pressupõe que os professores diagnostiquem os conhecimentos prévios dos alunos e formulem atividades que constituam desafios adequados a cada um.

O professor 2, formado em Pedagogia e Educação Especial, comenta que procura “resumir o conteúdo, trabalha com ilustrações, textos para completar, músicas e muito material concreto”, geralmente, “para explicações uso gravuras, ilustrações, que auxilia alguns alunos a memorizar pois fazem relação figura-palavra ou frases”, também utiliza-se muito de músicas, “músicas para alguns conteúdos são excelentes, e material concreto é essencial para que a criança visualize e toque também”, isso tudo realmente faz com que a criança com dificuldade de aprendizagem consiga pelo menos entender um pouco do que necessita aprender, motivando-a a não desistir e não desanimar por mais demorado que seu aprendizado seja.

O professor 3, formado em Pedagogia mas atuante na área da Surdez, coloca que utiliza-se “muito vídeo, jogos, jogos e atividades no computador, desenhos, figuras, tudo que ajude na compreensão do conteúdo a ser trabalhado e que atinja os objetivos pretendidos”.

Utilizar-se de diferentes tipos de materiais didáticos é e sempre será uma estratégia em que o professor que trabalha com crianças com dificuldades de aprendizagem, deve usar, pois se o educador não consegue ensinar seus educandos da maneira tradicional, tem que buscar recursos variados para que o mesmo aprenda o conteúdo que deve ser passado com mais facilidade, isso

é direito dele, ele necessita de formas diferentes para conseguir aprender, estando assim incluso na turma sentindo-se parte dela.

Ropoli (2010, citado por VIOTO *et al.*, 2012) destaca que

A educação inclusiva concebe a escola como um espaço de todos, no qual os alunos constroem o conhecimento segundo suas capacidades expressam suas ideias livremente, participam ativamente das tarefas de ensino e se desenvolvem como cidadãos, nas suas diferenças. Nas escolas inclusivas, ninguém se conforma a padrões que identificam os alunos como especiais e normais, comuns. Todos se igualam pelas suas diferenças!

Tratar igualmente estas crianças, é o mínimo que o professor deve fazer, para não excluí-las claro, mas garantir seu direito de aprendizagem, utilizando-se de diferentes formas de ensinar, é fundamental, isso deve ou deveria estar acontecendo em todas as escolas brasileiras, pois só assim estaria ocorrendo a inclusão escolar.

O professor 4, formado em Pedagogia mas atuando com a disciplina de Arte, relata que realiza as adaptações curriculares “de acordo com as necessidades individuais, com recursos e estratégias que promovam o interesse e a capacidade de criar e produzir” de cada um.

Utilizando-se da proposta Triangular do Ensino da Arte, sistematizada pela professora Ana Mae Barbosa e suas colaboradoras na década de 80, onde defende a aprendizagem dos conhecimentos artísticos a partir da interação entre o fazer, o ler e o contextualizar arte, deve-se sim fazer-se necessária a flexibilização de conteúdos nesta disciplina que mostra-se tão importante para o desenvolvimento intelectual e cultural do aluno.

Enfim, fica claro aqui que em cada disciplina há suas especificidades e em todas elas faz-se necessária a adaptação curricular, seja qual for a dificuldade do educando, o professor deverá estar sempre atento a tudo o que diz respeito ao seu desenvolvimento intelectual, podendo ajuda-lo a superar suas dificuldades e alcançando assim os resultados esperados.

3.1.1.1 O papel do Coordenador Pedagógico diante das adaptações curriculares, na percepção dos educadores

Ao caracterizar a função do coordenador pedagógico dentro do contexto escolar, Luck (2009, p. 95) destaca que

A gestão pedagógica é, de todas as dimensões da gestão escolar, a mais importante, pois está mais diretamente envolvida com o foco da escola que é o de promover aprendizagem e formação dos alunos, conforme apontado anteriormente. Constitui-se como a dimensão para qual todas as demais convergem, uma vez que esta se refere ao foco principal do ensino que é a atuação sistemática e intencional de promover a formação e a aprendizagem dos alunos, como condição para que desenvolvam as competências sociais e pessoais necessárias para sua inserção proveitosa na sociedade e no mundo do trabalho, numa relação de benefício recíproco. Também para que se realizem como seres humanos e tenham qualidade de vida.

Como podemos ver, o papel do coordenador pedagógico na instituição escolar é de fundamental importância. E no que se diz respeito às adaptações curriculares, o que os professores acham do papel do coordenador?

Para tanto, o professor 1 destaca que o coordenador pedagógico “inicialmente deve ter conhecimento de quais adaptações que devem ser feitas em sua escola e necessidades educacionais, para coordenar, orientar e assegurar de forma a garantir as devidas adaptações a cada especificidades apresentadas por cada aluno, auxiliando desta forma os professores a realizar a mesma sempre que necessário”.

Já o professor 2 comenta que “o coordenador pedagógico tem o papel de orientar os professores em relação aos alunos com dificuldades de aprendizagem, cobrando assim as adaptações necessárias a cada um, facilitando então a aprendizagem dos mesmos”.

Segundo Souza (2004), o coordenador pedagógico em colaboração com outros profissionais da educação, para garantir uma educação de qualidade a todos os alunos com necessidades educacionais especiais, promovam uma transformação nas formas organizacionais da escola, “eliminando as barreiras que possam impedir o processo de escolarização dos referidos alunos”.

Para o professor 3, o papel da coordenação pedagógica em relação as adaptações curriculares é de “informar-se e entender o que são essas

adaptações para poder sanar as dúvidas dos demais professores e verificar se estão sendo realizadas e trabalhadas em sala de aula ou estão apenas descritas no diário” de aula.

Por fim o professor 4 comenta que o coordenador pedagógico deve “ajudar, orientar o professor a desenvolver habilidades para lidar com as diferenças com o objetivo de ajudar efetivamente na construção de uma educação de qualidade”.

Pode-se dizer então, que o coordenador pedagógico deve sempre estar atento a tudo o que vem ocorrendo na escola, principalmente no que se diz respeito à inclusão escolar e às adaptações curriculares, na maioria das respostas, o coordenador pedagógico tem que procurar se informar cada vez mais a respeito do assunto para poder assim sanar as dúvidas dos demais professores auxiliando-os então a pelo menos tentar acabar com as dificuldades de seus educados.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como destacamos no início desta pesquisa, a inclusão escolar está cada vez mais presente nas nossas escolas, atualmente, recebemos dia após dia, alunos portadores de necessidades educacionais especiais, e com eles vem também alguns problemas que os professores, juntamente com a equipe pedagógica, deverão estar solucionando, ou pelo menos tentando buscar solução. Mas “pensar no aluno como a origem de um problema, exigindo-se dele que se adeque à escola, é uma leitura inconcebível nos dias atuais” (MENDES, 2008). O correto é que a escola venha a adaptar-se ao aluno, e para que isso ocorra, o professor, assim como a equipe pedagógica, deverá estar atenta as diferenças de seu eleitorado, cada aluno é um ser único, com gostos, talentos, culturas, dificuldades de aprendizagens diferentes um do outro, ninguém é igual.

E para conseguir sanar principalmente as dificuldades de aprendizagem dos alunos portadores de necessidades especiais e dos que tem apenas alguma dificuldade de aprendizagem, entra em cena as adaptações curriculares ou flexibilizações de conteúdos, o qual auxiliará os professores a

ensinar de maneiras variadas os conteúdos que estão presentes no currículo escolar, sem excluir estas crianças, as quais têm direito de aprender todos os conteúdos disciplinares que as crianças ditas “normais” irão aprender.

Através de materiais didáticos diferenciados, os professores estarão trabalhando com estas crianças fazendo com que as mesmas consigam entender melhor os conteúdos que devem ser aprendidos.

Após análise de todos os dados coletados para esta pesquisa, pode-se concluir que todos professores sabem realmente o principal significado de uma adaptação curricular e utilizam-se das adaptações ou flexibilizações de conteúdo para auxiliar seus educandos, facilitando assim a aprendizagem de cada um. No que diz respeito ao papel do coordenador pedagógico destacou-se a importância da presença do mesmo nas instituições escolares, pois pode-se dizer que ele é a alma da escola, buscando orientar quando necessário e também cobrar determinados afazeres que fazem a diferença na aprendizagem dos educandos e também no crescimento motivacional de cada profissional da educação, afinal, quando se faz um trabalho no qual nota-se um resultado positivo, até a autoestima e a vontade de buscar maneiras diferenciadas de se trabalhar aumentam, transformando assim o ambiente de trabalho e incentivando os educandos a nunca desistir de seus objetivos, construindo juntos uma escola inclusiva e determinada a lutar pelos objetivos e direitos de cada um.

Tendo em vista tudo o que foi comentado, chega-se a conclusão de que as adaptações curriculares devem ser realizadas sempre que necessário, em todas as disciplinas do currículo escolar, em determinados conteúdos a serem trabalhados, respeitando sempre a individualidade de cada educando. O coordenador pedagógico deve estar sempre presente durante esta caminhada verificando se as adaptações estão realmente sendo realizadas ou se estão apenas nos papéis, sempre que necessário, o coordenador pedagógico também deverá estar promovendo capacitação aos demais professores para que estejam sempre atualizados em relação às flexibilizações curriculares.

Se tudo isso estiver efetivamente ocorrendo, pode-se dizer que uma educação de qualidade estará acontecendo e que os resultados surtirão efeitos positivos, afinal, uma gestão participativa sempre trará bons frutos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, M.S.F. **Referenciais para construção de sistemas educacionais inclusivos – a fundamentação filosófica – a história – a formalização.** Versão preliminar. Brasília: MEC/SEESP, nov. 2003.

AZEVEDO, M. A. R.; CUNHA, G. R. da. **Gestão Escolar e Educação Inclusiva: uma parceria necessária e emergente na escola.** Revista Educação: Teoria e Prática, Rio Claro, SP. v. 18, n.31, jul.-dez.-2008, p.53-72. Disponível em: <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/viewFile/2204/1929>.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Adaptações Curriculares – Educação Especial.** Brasília: MEC, 1998.

BEYER, H. O. **Da integração escolar à educação inclusiva: implicações pedagógicas.** In: BAPTISTA, C. R. (Org.) **Inclusão e Escolarização: múltiplas perspectivas.** Porto Alegre: Mediação, 2006. p. 73 -81.

FREITAS, S. N. **A formação de professores na educação inclusiva: construindo a base de todo o processo.** In: RODRIGUES, D. **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva.** São Paulo: Summus, 2006.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. **O conceito de flexibilidade curricular nas políticas públicas de inclusão educacional.** In : BAPTISTA, Cláudio Roberto, e col. **Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa.** Editora Mediação, Porto Alegre, 2007.

GIL, M. **Educação Inclusiva: O que o Professor tem a ver com isso?** Marta Gil (coord), São Paulo, 2005. Realização USP. 167p. Disponível em: http://saci.org.br/pub/livro_educ_incl/redesaci_educ_incl.html.

LEITE, L. P. **A intervenção reflexiva como instrumento de formação continuada do educador: um estudo em classe especial.** 2003. 212 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2003.

LUCK, H. **Dimensões da Gestão Escolar e suas Competências.** 2. ed. Curitiba: Editora Positivo, 2009. v. 1. 143 p.

MANTOAN, M.T.E. **Abrindo as Escolas às Diferenças.** In: MANTOAN, M.T.E. (org.) **Pensando e Fazendo Educação de Qualidade.** São Paulo: Moderna, 2001. (Educação em pauta – Escola & Democracia) 109-128

MENDES, E.G. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil.** Revista Brasileira Educação. 2006.

PENAFORTE, S. **A gestão para a inclusão: uma pesquisa-ação colaborativa no meio escolar**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2009.

PERRENOUD, P. **A pedagogia na escola das diferenças: fragmentos de uma sociologia do fracasso**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

PIETRO, R.G. Políticas públicas de inclusão: compromissos do poder público, da escola e dos professores. **Revista de Educação**, Apeoesp, n.º 16, mar./2003.

STAINBACK, W.; STAINBACK, S. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

SOUSA, L. P. F. de. **Orquestrar a gestão escolar para respostas educativas na diversidade**. 2007, 113p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. Rio de Janeiro.

VALLE, TGM., and MAIA, ACB., orgs. **Aprendizagem e comportamento humano** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 255p. ISBN 978-85-7983-122-5. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

VIOTO, Joseane Rodrigues Barbosa. **O Papel da Gestão Pedagógica Frente ao Processo de Inclusão dos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Londrina, UEL. Londrina: Paraná, 2012.